

ICANN70 | Fórum virtual da comunidade – Discussão do GAC sobre assuntos relacionados à Proteção de Dados e RDS/WHOIS
Segunda-feira, 22 de março de 2021 – 12h30 às 13h15 EST

JULIA CHARVOLEN:

Muito obrigada. Bem-vindos a Sessão da ICANN70 do GAC. Estamos com a preparação para a Reunião com o Board. Não vamos fazer uma lista de chamada hoje, por uma questão de tempo. Mas a participação dos membros do GAC estará disponível no anexo do Comunicado e atas do GAC. Aos representantes do GAC, que estiverem participando, solicitamos que indiquem a sua presença atualizando o seu nome de participantes com o seu nome completo e a filiação.

Se você quiser fazer uma pergunta ou comentário, digite no chat, começando e terminando sua seção com QUESTION ou COMMENT, para que todos vejam. A interpretação para as sessões do GAC é feita nos 6 idiomas oficiais da ONU e português. Os participantes podem selecionar o idioma, que desejam falar. Seu microfone permanecerá desabilitado durante a sessão. A menos que você entre na fila para falar. E se quiser falar, levante a mão na sala do Zoom. Lembrem-se de dizer o seu nome e o idioma. E se não for falar em inglês, fale de forma clara em um ritmo razoável. E por último, esta sessão, como todas as outras atividades da ICANN, é regida pelos Padrões de Comportamento Esperados da ICANN. Você encontrará o link no chat, de consulta.

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Vou deixar então, aqui, a palavra para a presidente do GAC, Manal Ismail.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Julia. Bem-vindos a todos. Espero que tenham descansado na pausa. Agora, é o momento da discussão sobre políticas de proteção de dados, RDS e WHOIS. Temos 40 minutos. E sem mais, eu passo a palavra para Laureen Kapin da FTC dos Estados Unidos; Chris Lewis-Evans do Reino Unido, NCA e Velimira Grau e Melina Stroungi da Comissão Europeia. Espero ter pronunciado bem os nomes. Então, assim sendo, eu passo o microfone aqui. Eu não sei quem é que vai começar. Laureen, por favor.

LAUREEN KAPIN:

Realmente, um caloroso cumprimento para todos os meus colegas, de todos mundo, independentemente do fuso horário. Temos material aqui, para cobrir em tempo breve. Portanto, vou pedir que aqueles, que tiverem perguntas, que deixem essas perguntas para o final. Podem escrevê-las para lembrar depois. Mas vamos respondê-las ao finalizar a apresentação.

Primeiramente, eu vou apresentar aqui, uma apanhado sobre o que está acontecendo com o processo de elaboração de políticas e implementação. É um processo com várias fases. A Fase 1, que acabou, que estamos na fase de implementação. Fase 2, que com um resultado, que é um Relatório Final. E a aprovação do Conselho da GNSO dessas recomendações. E então, temos aqui, a decisão entre a GNSO e o

processo. E nos encontramos no meio do processo de elaboração de políticas, que é muito enxuto. E por último, na categoria de próximos capítulos e quanto a exatidão de dados de registros de gTLDs, como todos sabem, é uma prioridade. E vou falar sobre os próximos passos, o cronograma geral e contribuições do GAC.

Essa é uma visão geral do processo. E já mostrei um pouco disso no primeiro slide. E não vou... então, vamos ver isso rapidamente. Mas só para dar contexto. Esse processo expedito começou como resultado das leis de privacidade, a GDPR. E essas novas leis foram imperativas para introduzir mudanças nos contratos com o resultado de um processo de emergência, quanto a uma especificação temporária, que devia ser substituída. E agora, está sendo incorporada como políticas de dados e registros provisória a gTLD.

E agora, temos as bases para um marco de novas políticas. O Board está discutindo isso e vamos implementar depois, essas recomendações. E na Fase 2, temos um Relatório Final, como eu disse, devemos observar que o GAC e outros grupos de partes estão expressando preocupações sobre algumas recomendações que entraram nesse relatório. E para aqueles que gostariam de consultar, temos...

O Conselho da GNSO adotou as recomendações e na Fase 2, no relatório da Fase 2, e agora, nos encontramos num processo entre as recomendações e a GNSO e a consideração do Board. E isso, agora, nos encontramos nessa fase operacional. E como sempre, agora, está sendo mais formalizado. E também vamos, em algum momento, vamos ser... o GAC pode demonstrar algumas preocupações sobre as

recomendações. Isso já foi destacado no relatório de minoritário com duas questões importantes sobre a abusos de fontes anônimas. E vamos para o próximo slide. E temos desafios de implementação.

E vou passar aqui, a palavra para Chris Lewis-Evans. Com ele, com a Velimira e a Melina. Temos trabalhado juntos na redelegação e participando junto com o GAC nesses esforços. E na Fase 1, que é de desafios de implementação. Então, passo para Chris. Obrigada.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Obrigado. Realmente, pelo comentário. Chris Lewis-Evans, então, para os registros. E eu gostaria, então, de mostrar uma atualização da Fase 1, de implementação e um os principais aspectos disso. Começamos com essa fase em maio de 2019. Já faz um tempo. E como disse a Laureen, temos representado o GAC durante todo esse período. E temos tido muitas reuniões, estudos sobre os detalhes, a divulgação de detalhes, como informações pessoais, por exemplo.

E ainda há uma série de aspectos, que devemos considerar, por exemplo, uma avaliação de impacto, por exemplo, entre os registros da ICANN e registrantes também. E há 3 mais ainda, pela frente para fazer. A Equipe RT também pediu que antes da publicação do Relatório Final, fizéssemos uma orientação para a implementação.

E isso é importante também para a gente. E é o prazo, que temos para dar uma resposta urgente. E receber respostas também. E é importante isso na fase de implementação, em relação as recomendações normativas. E nesse sentido, devíamos então, decidir isso na Equipe de

Implementação, então. Essa é uma questão muito importante, ter acesso a esses dados, assim que possível para fazer investigações, especialmente, porque isso poderia ter as consequências de ameaça a vida. E nas últimas reuniões também fizemos... tivemos alguns passos positivos. Espero que possamos continuar assim. E eu também... estamos trabalhando em um acordo de processamento de dados e a avaliação de impacto também é algo, que devemos levar em conta e aplicar ao mesmo tempo.

E começamos em 2019, como eu disse, em Montreal. Tivemos o *Communiqué* em novembro, em que o GAC recomendou ao Board, que deveria ser gerado um plano de trabalho detalhado, detalhando uma programação realista, atualizada para completar esse trabalho. E o Board aceitou essa recomendação no início de 2020. E determinando que isso seria publicado. Mas ainda não houve uma... não foi completada essa programação. Temos tido muitas reuniões para lidar com isso. E ainda precisamos continuar tratando essa questão.

Então, também outras coisas, que tiveram impacto na Fase 1, foram a política e a implementação de credenciamento e serviços, privacidade e Proxy, é o PPSAI. E essa política, essa implementação, apareceram numerosas, inúmeras vezes e... nos Comunicados e... não sabemos ainda se isso está ainda em andamento. E observamos que foram utilizadas várias vezes por criminosos, registrando os seus domínio com um impacto verdadeiro na capacidade das equipes de segurança pública.

E essa... continuamos com a implementação e a ICANN Org recebeu a recomendação, determinou que poderia existir um impacto nas recomendações da Fase 1 e Fase 2. E esperamos que o Conselho da GNSO discuta isso na Reunião Conjunta. E isso vai ser na quarta-feira. E vai ser de muito interesse para todos nós.

E a segunda parte é o impacto na política do WHOIS detalhado. E esse é um assunto que temos coberto extensamente. Isso, bem antes de que eu entrasse, em 2014. E é uma recomendação, que tem avançado bastante, embora às vezes, lentamente. É isso que foi destacado pelo Board. E durante o IRT, o Conselho da GNSO determinou que as recomendações da Fase 1, deveriam fazer mudanças na política WHOIS dos PICs e comunicaram isso ao Board. E estão esperando por uma confirmação do Board. E estamos satisfeitos com esse trabalho, que estamos fazendo. Um trabalho extra. Temos dados que estão sendo coletados e transferido dos registradores aos registros. E tudo isso, considerando a recomendação anterior. Vamos para o próximo slide.

LAUREEN KAPIN:

Muito obrigada, Chris. Isso é só para que vocês tenham uma visão do nível de consenso das recomendações. Vemos que há várias recomendações importantes. Temos aqui, afinidade ao consenso, estão aqui, nas caixas em cores. E então, houve casos que houve oposição importante, inclusive divergência. E eu queria mostrar isso, essa imagem para que vocês tivessem... pudessem ver a variedade de opiniões, quanto a essa recomendações. Tudo isso é para sua referência.

E aqui, para que vocês possam ver as preocupações do GAC. Houve a declaração da minoria do GAC, com um texto muito, muito bem escolhido, com muito cuidado, assuntos muito discutidos para alcançar consenso em como essa declaração devia ser redigida e alto nível. As recomendações incluíram, incluídas... foram fragmentadas em vez de considerar um sistema de divulgação centralizado. Consideramos que devia ser fragmentadas. E atualmente, não contém padrões aplicáveis para revisar decisões de divulgação. E nosso colegas registrados, sentiram bem à vontade com isso. Mas isso teve como resultado, que muitos registradores tomaram decisões individuais. E essas última recomendações não contém atualmente mecanismos viáveis para o sistema de divulgação e acesso padronizado para que possa evoluir em resposta a uma maior clareza legal. E isso poderia afetar a capacidade de revisão disso.

E também destacamos, que as recomendações não atenderam suficientemente as preocupações dos consumidores de proteção de consumidores. E esse sistema tem capacidade para mudar ao longo do tempo. E depois surgiram algumas propostas da União Europeia para mudar essa lei. E não... e o mecanismo atual não... esse mecanismo atual não permite que o sistema aja em resposta a um aumento da clareza. É importante, como vai ser financiado e como vai ser beneficiado e vai manter-se. E talvez, haja uma desproporção, que inclui os usuários que têm tarefas muito importantes na elaboração de políticas, em relação a ameaças a cibersegurança. E o GAC expressou os seus resultados, assim como o ALAC, o SSAC. E em especial, o ALAC... tinha expressado preocupação com a adoção de recomendações de

políticas não-consensuais. E a GNSO aprovou algumas recomendações não-consensuais. E o IPC solicitou recentemente a Diretoria da ICANN, que interrompesse as considerações das recomendações do EPDP na Fase 2, devido a falta de consenso a legislação ou as regulamentações emergentes da Europa.

Uma visão geral da situação atual. A Diretoria da ICANN deve lançar a Fase de Projeto Operacional. E tem sido discutido, se haveria contribuições do GAC nessa fase, se isso seria levado em conta. Então, a conclusão dessa fase deve considerar essas recomendações. E se isso é do interesse da ICANN ou das comunidade da ICANN. Os colegas de Propriedade Intelectual solicitaram que a ICANN, então que essa fase trabalhasse mais sobre SSAD. Muito obrigada.

Agora, entramos numa fase de discussão 2A, que é, discute pessoa física e pessoa jurídica. Então, eu quero falar do trabalho que está sendo realizado. Esse trabalho começou em dezembro e atingiu um marco. Esse marco, com um relatório para a GNASO, que vai decidir se o trabalho deve continuar ou não. E estamos otimistas. Achamos que o trabalho vai continuar. A Fase 2A enfoca o acesso aos dados de pessoa física e pessoa jurídica. O GDPR protege apenas os dados de pessoa física e não, de pessoa jurídica. E mais precisamente, apenas as informações pessoais são protegidas. Se não forem pessoais, elas não são protegidas no GDPR.

E na Fase 1, na recomendação 17, então os registradores e registros podem diferenciar os registros de pessoas jurídicas e físicas. Mas não é obrigatório. E o GAC contribuiu dizendo que seria muito útil para as

forças da lei, que para manter a segurança e a resiliência do DNS e o público em geral, querem... que quiserem saber com quem estão realizando transações na internet, seria muito útil ter informações de pessoas jurídicas, que não estão então sob o GDPR.

Então, se está pensando como é que é o tratamento dos dados de pessoas jurídicas. Então, Chris, Melina e eu; nós começamos uma proposta de processo para minimizar os riscos dos registrantes, então, e das partes contratadas. Porque elas têm passivos importantes.

O que eu queria dizer aos colegas do GAC é que essas considerações, que foram levadas em conta no processo foram baseadas na assessoria jurídica. Porque a ICANN pode dar assessoria a como conduzir os processos. Então, enfocamos em primeiro lugar, é que os registrantes podem saber que podem se identificar como pessoa física e jurídica diferenciadas. E saber que se forem se registrar como pessoa jurídica, não coloquem informações pessoais nos dados de registro, então. Mas se eles se registrarem como pessoa jurídica, os seus dados serão públicos, serão revelados publicamente. E então, se isso vai permitir que se corrijam erros.

Eu gostaria de passar então, a palavra para Melina, que vai falar disso, da sua coerência com o GDPR e como ela é da União Europeia, ela tem melhores condições de falar sobre isso.

MELINA STROUNGI:

Olá a todos. De fato, eu trabalho com a Comissão Europeia . eu trabalho com a privacidade. Sou membro do GAC. E eu, junto com a minha colega, Velimira, trabalhamos nisso.

Na Fase 2A, como foi explicado pela Laureen, nós apoiamos essa diferenciação entre pessoa jurídica e física. E que dados pessoais de pessoa jurídica não estariam disponíveis. E isso estaria de acordo com o interesse público. Nessa perspectiva, a proposta do GAC cumpre com o GDPR e eu vou explicar juridicamente porque essa diferenciação de pessoa jurídica e física. Então, esse é um ponto também que foi levantado pela parte contratante. Então, que às vezes, a pessoa jurídica contém dados pessoais, como pessoa de contato ou o endereço de e-mail corporativo ou o telefone. Então, a nossa proposta seria como primeira etapa, deve haver essa distinção pela parte contratante entre pessoa jurídica e legal. Se for a pessoa física, nenhuma informação será divulgada. E dentro pessoa jurídica, os dados que são pessoais e não-pessoais.

E apenas os não-pessoais seriam públicos, seriam exigências mínimas. Então, se parte contratante quer dar ao registrador, que também querem que se publique os dados pessoais, ele pode usar o consenso. Mas em princípio, apenas os dados pessoais, de pessoas físicas não devem ser publicados. Isso está de acordo com o GDPR. Então, os dados de domínio, que não sejam pessoais, são exigidos. E isso é muito importante, termos uma data completa de... uma base de dados completa de todos os registrantes. É importante para a segurança da internet.

E nem todos os dados que são incluídos, têm a ver com informações pessoais. Então, para sermos construtivos, nós levamos em conta várias preocupações das partes contratantes, quanto a natureza dos dados, a especificidades, diferentes modelos de negócios operados pelas partes contratantes. E nós tentamos levar isso em conta na nossa proposta. E é claro, que nós podemos ajustar ainda mais. Mas sem perder de vista essa meta de fazer essa diferenciação e não divulgar dados pessoais. E eu acho, como foi mencionado, que é importante avançar. Muito obrigado, Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Muito obrigada, Melina. É importante dizer que a equipe jurídica, que é uma subparte da Fase 2A e nós achamos que o... que foi dito por eles, vai nos ajudar muito a deliberar. A parte contratante e também nós temos que ouvir, não só eles, como o setor não-comercial. Nós temos que proteger a privacidade e manter o que não é protegido pelo GDPR, público por uma questão de segurança.

O outro aspecto dessa Fase 2A tem a ver com o e-mails anonimizados e comparados aos pseudonimizados. É pena, porque nós temos pouco tempo. E temos tanta coisa para mostrar aqui. Vou passar para o meu colega, Chris Lewis-Evans.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Na segunda parte da Fase 2A, então estamos trabalhando em ter ou não um único contato. Eu não vou perder muito tempo em como, na discussão de pessoa jurídica e pessoa física. Mas há alguns aspectos

importantes. Se um endereço de e-mail pode ser anonimizado, obviamente um registrador sempre terá todos os detalhes. Então, como o registrador tem todos os detalhes, ele não pode anonimizar e sim, pseudonimizar ou dar pseudônimos. Então, está se debatendo se isso pode ser... se é factível, se está de acordo com o GDPR.

E o que queremos fazer é determinar como é que isso pode ser implementado. Isso é algo que nós estamos, que vamos ver. E como mencionou a Laureen, qual seria o impacto disso nos endereços de e-mail. Pena que não temos tempo. Muito obrigado. Passo para você, Laureen.

LAUREEN KAPIN:

Essa foi só uma visão geral. Como eu mencionei, o Conselho da GNSO vai revisar o nosso trabalho para garantir, que a discussão subsequente seja produtiva. Se nós não conseguirmos encontrar consenso, não podemos continuar. Mas as nossas discussões com o GDPR foram muito produtivas e todo mundo está, de fato, tentando ouvir uns aos outros para encontrar uma solução.

O Conselho da GNSO vai, então atualizar. O Keith Drazek, que é o presidente da GNSO e eu gostaria de agradecer ao Keith por ter sido muito construtivo e criativo na sua liderança e nos incentivou a ver isso de outra forma e a ouvir os outros.

A próxima oportunidade para discussão pelo GAC dessa questão, será na nossa reunião na quarta-feira com a GNSO. Então, aqui, há uma discussão sobre a precisão ou acurácia e isso já é discutido pelo GAC há

anos, talvez, décadas. E eu gostaria, então de passar a palavra para Melina e Velimira.

VELIMIRA NEMIGUENRCHEVA-GRAU: Muito obrigada por essa apresentação. É a primeira vez, que eu participo. E gostaria de dizer que eu estou com uma grande expectativa de trabalhar com vocês. E eu vou mostrar para vocês, os últimos avanços sobre a precisão de dados. Então, vou desligar a minha câmera.

Bem, como vocês lembram, de acordo com a conclusão do EPDP, era discutir a questão da precisão dos dados e como abordá-la, enfatizando a precisão na declaração de minoria do EPDP. E isso foi reiterado na ICANN69.

Alguns dados que estão a nossa disposição, sugerem que há uma taxa de inacurácia de 30 a 40%. E 3,5% dos domínios têm um registrante real, identificado no WHOIS. E esses números são preocupantes em termos de segurança e estabilidade e resiliência da internet. E nesse relatório de segurança e estabilidade e resiliência, então enfatiza a necessidade de termos dados bastante precisos.

Então, o primeiro passo importante foi esse documento, que foi publicado em fevereiro, que dá uma visão bastante precisa das exigências relacionadas a precisão, em relação a obrigações contratuais, política consenso e os programas da ICANN. E também uma avaliação dos efeitos do GDPR, da especificação temporária de dados registros de gTLD. E para a implementação ou aplicação das

exatidão. Isso gere uma medida de que se meça a exatidão ou a acurácia. E como isso pode ser implementado pela ICANN, e o relatório mostra que... e que esse relatório, a última vez que foi avaliado foi em 2018. A implementação do GDPR resultou em uma hesitação de algumas partes, certas partes de proverem dados para a ICANN. E isso reduz os dados disponíveis ao público. Então, nós, as forças da lei dependem desses dados publicamente disponíveis.

Então, o que esse sistema de relatórios, ele já não fornece dados suficientes para serem medidos. Então, com essa situação, sugerimos a fazer um estudo, como medir a precisão. E basicamente aqui, se trata de... se a exatidão ou a precisão deveria ser medida com os dados publicamente disponíveis só ou também utilizando dados, que não são de domínio público, dados de registro. E essa pesquisa poderia mostrar um pouco, uma visão da precisão e permitir algumas melhorias.

Então, eu, como tenho pouco tempo, eu quero compartilhar com vocês aqui, isso aqui, que é a luz dessa informação. Seria, talvez, de valor para a gente, para o GAC; refletir qual deveria ser o alcance preciso desse estudo. E depois, nesse documento informativo, incluir isso e ver quais são os dados importantes, precisos para as autoridades e em que medida o escopo desse estudo não deveria ser definido de forma mais ampla. E também de uma maneira que este estudo possa adaptar-se a um processo de elaboração de políticas. E se nós tivermos um processo de elaboração de políticas e esse estudo seria importante, sem dúvida. Ter isso para garantir o cumprimento com os requisitos de precisão dos dados.

E esperamos que essa observação seja o início para as nossas trocas da semana sobre a questão da precisão. E então, passo o microfone para a Lauren e o Chris.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Muito obrigado. Vamos ver agora, o próximo slide. E então, nós compartilhamos com vocês no passado, isso aqui. Mas de forma simplificada e atualizada. É o cronograma, que nós utilizamos aqui, para mostrar as diferentes fases, que nós temos. E dar a vocês uma ideia de quando poderemos ver mudanças dentro do WHOIS, em decorrência do trabalho normativo, que estamos fazendo.

E realmente, o mais importante que nós temos aqui, são os prazos e a interdependência entre esses trabalhos. Então, rapidamente, eu vou passar para Manal e também para responder as perguntas.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Sim. Eu vejo Kavouss, que levantou a mão.

CHRIS LEWIS-EVANS:

Sim.

KAVOUSS ARASTEH:

Sim. Como sempre, muito obrigado. Eu gostaria de dizer que eu sou uma pessoa com material de apoio médio. Meu cérebro está sobrecarregado, então. E os cérebros de muitas pessoas nesta reunião estão também sobrecarregados. Portanto, acho que devemos ver

como tratar essas questões de tanta complexidade para o futuro. E temos 4 assuntos, pelo menos, aqui que devemos... para os quais devemos dedicar tempo, reflexão, perguntas, interações. E não é a nossa culpa e isso... como nós administramos o tempo tampouco.

E temos aqui, 193 países, 206 países e territórios. Eu acho; 175, 178 membros do GAC. Mas nem todos são do Reino Unido, Estados Unidos e União Europeia. Temos pessoas de muitos outros países diferentes com requisitos diferentes, compreensões diferentes sobre proteção de dados e o acesso aos dados e etc. E então, acho que isso não é algo, que interesse a todos. Então, o que eu espero aqui, primeiramente, obrigado por todo esse material. E suponho que ele estava disponível, eu não consegui vê-lo, mas gostaria de dizer que primeiramente, gostaria de perguntar. Qual é a expectativa, que vocês têm dessa reunião sobre essa questão, esse assunto do lado do GAC? O que vocês pensam em fazer, enviar um Comunicado, uma carta ao Board da ICANN? O que é que podemos fazer? Porque dissemos que todas as recomendações deviam ser detidas. Então qual seria a reação do Board da ICANN?

E isso de pessoa física versus jurídica, acho que é uma assunto muito difícil. Eu não sei para onde é que estamos indo com isso. E esperamos concretizar isso na Fase 2A. E na Fase 1 e na Fase 2 e também, vocês mencionaram o que... na recomendação por parte do Board, a recomendação que foi... essa recomendação seria discutida, que é de interesse para a comunidade da ICANN. Não sei bem o que é essa comunidade da ICANN, também da ICANN Org. E então, o que

poderíamos fazer? O que nós acharmos melhor. Mas acho que é uma questão muito complexa. É um dos problemas mais complexos, que nós temos, a GDPR.

E isso foi em... começou em 2009 até o presente. Isso reclamou muita atenção da gente. Temos também falado muito sobre a GDPR, em termos de pessoa física e devemos ver, então, qual é o objetivo de tudo isso. É muito difícil, então isso. Eu tenho dúvidas sobre se é possível agir corretamente e não repetir erro. E não vou repetir o que eu disse antes.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Obrigada, Kavouss. Ainda temos um pouco tempo. Algumas respostas sobre esses assuntos? E antes de passar a preparação da reunião com o Board.

LAUREEN KAPIN: Eu gostaria de agradecer ao Kavouss. É uma questão muito complexa e infelizmente, não temos tempo para interagir. E isso, dar detalhes durante as reuniões. Mas não podemos dar-nos ao luxo disso. Porque não temos tempo. E poderíamos ter também, dedicar um tempo, algum pensamento criativo para tratar questão entre as reuniões.

MANAL ISMAIL, PRESIDENTE DO GAC: Muito obrigada, Laureen e Chris, Velimira e Melina. Então, concluímos aqui, esse debate sobre proteção de dados e o WHOIS. Pelo menos, por enquanto. Então, temos um minuto agora, para começar

com a segunda parte, que é a preparação para a reunião com o Board.
Quando é que então... um momento, que podemos começar com isso.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]